

O *IMPEACHMENT* DO JORNALISMO: clima de opinião e manipulação ideológica no golpe contra Dilma Rousseff

THE *IMPEACHMENT* OF JOURNALISM: climate of opinion and ideological manipulation in the coup against Dilma Rousseff

Alfredo VIZEU¹
Heitor Costa Lima da ROCHA²
Laís Cristine Ferreira CARDOSO³
Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

Resumo

Este trabalho investiga evidências de como o *Jornal do Commercio* construiu um clima de opinião favorável ao golpe parlamentar que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff. O *corpus* do trabalho foi a cobertura das manifestações sobre o *impeachment* da ex-presidente. Na análise confirmamos a hipótese de uma distorção sistemática das notícias visando legitimar a cassação, através de um clima de opinião em que a minoria populacional pertencente às elites é representada como majoritária, com o intuito de intimidar os defensores do mandato da presidente, descritos como minoritários, com a ameaça de isolamento, conforme o conceito da Espiral do Silêncio de Noelle-Neuman.

Palavras-chave

Jornalismo; Manipulação ideológica; *Impeachment*.

Abstract

This paper investigates evidence of how *Jornal do Commercio* built a climate of opinion favorable to the parliamentary coup that toppled former president Dilma Rousseff. The corpus was the coverage of the demonstrations about the impeachment of the former president. We confirm the hypothesis of a systematic distortion of the news aiming to legitimize the cassation, through a climate of opinion in which the population minority belonging to the elites is represented as majority, in order to intimidate the defenders of the president's mandate, described as minority, with the threat of isolation, according to the Noelle-Neuman' concept of the Spiral of Silence.

Keywords

Journalism; Ideological manipulation; *Impeachment*.

RECEBIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2018
ACEITO EM 11 DE SETEMBRO DE 2018

¹ JORNALISTA. Pós-doutor em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação 2007. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Sócio fundador da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo. Integrante da Rede TELEjor. Contato: a.vizeu@yahoo.com.br.

² JORNALISTA. Pós-doutor em Comunicação pela Universidade da Beira Interior – Portugal. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade. Contato: hdrocha@gmail.com.

³ JORNALISTA. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco. Contato: lais.ferreira@gmail.com.

Introdução

Os 30 anos da democracia no Brasil, em 2016, foram marcados por uma das maiores crises da política brasileira: o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o mais alto cargo do Executivo do país. A saída representou o ponto alto de uma crise política que se agravou com as eleições de 2014. A polarização acentuada dividiu os posicionamentos entre partidos PT⁴ x PSDB⁵, Esquerda x Direita, quadro que foi acentuado com o agravamento financeiro e político do Brasil, a deflagração da primeira fase da Operação Lava Jato e a publicização dos casos de corrupção envolvendo a Petrobrás. O enquadramento da mídia noticiosa do contexto político do País era de que a crise impulsionou diversas manifestações populares favoráveis à saída da presidenta do poder.

Foi com o início da tramitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados que os protestos a favor da saída de Dilma do poder ganharam grande fôlego em 2016. No dia 31 de agosto, logo depois da cassação de Dilma Rousseff pelo Senado, milhares de pessoas foram às ruas para protestar contra e a favor do afastamento da petista.

O processo do *impeachment* e toda a repercussão do acontecimento ocuparam as principais pautas da mídia nacional e internacional, em especial nas manifestações de rua. Muitas matérias, artigos de opinião e até mesmo editoriais de veículos do Brasil e de vários países do mundo, como o *The New York Times*, *Financial Times*, *El País*, *The Guardian*, *The Economist*, *CNN*, entre outros, relataram, debateram e discutiram a cassação.

No entanto, alguns críticos indicam que houve divergências bastante significativas entre a cobertura midiática internacional e a nacional. Afirmam que a última se deu de forma parcial. “Enquanto a mídia tradicional brasileira mantém discurso de legitimação do *impeachment*, veículos internacionais dão visibilidade ao risco à democracia.” (NÓBREGA, 2016).

Um exemplo é o texto veiculado na edição de 24 de abril de 2014, no periódico francês *Le Monde*, pelo *ombudsman* Franck Nouchi, que fez considerações sobre o editorial do veículo publicado em 31 de março, em que afirma que o *impeachment* não seria um golpe de Estado. O jornalista aponta que o editorial não foi equilibrado, em especial por não ter informado que parte dos apoiadores do afastamento de Dilma são acusados de

⁴ Partido dos Trabalhadores.

⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

corrupção e por não ter abordado suficientemente a parcialidade da mídia brasileira⁶.

Diante da importância das manifestações, enquanto espaço de luta política e reivindicações, em especial no contexto político brasileiro dos últimos anos, e levando em consideração as críticas relacionadas à parcialidade da mídia brasileira na cobertura dos protestos e o importante papel que essa desempenha na legitimação dos fatos e na mediação social, entendemos ser relevante investigar a cobertura midiática brasileira sobre as manifestações contra e a favor ao *impeachment* de Dilma Rousseff que consideramos, de certa forma, ter contribuído para a cassação.

Em função da multiplicidade de veículos de comunicação no Brasil, este trabalho efetuou um recorte específico com a preocupação de realizar uma análise mais de fundo e consistente do fato. O *corpus* escolhido foi o *Jornal do Commercio*, periódico publicado no nordeste do país, em Pernambuco, com a preocupação de investigar a cobertura de jornal fora das regiões sul e sudeste do Brasil, centro econômico e financeiro do país, com o objetivo de identificar evidências da criação de um clima de consenso favorável à cassação da ex-presidenta Dilma Rousseff na mídia circulante fora do eixo de grande repercussão jornalística nacional.

O contexto brasileiro: a democracia e a mídia

O *impeachment* de Dilma Rousseff se dá dentro de um contexto social complexo de disputas de poder político e de exercício da democracia. Em todo o processo que resultou na cassação da ex-presidenta, inúmeras foram as referências à Constituição Federal de 1988, à legitimidade ou não do processo, o respeito ao resultado das eleições de 2014, entre outras questões que têm como ponto de interseção a política e o regime democrático.

Num primeiro momento consideramos importante definir dois conceitos com os quais lidamos ao longo do trabalho: política e democracia. Entendemos por política a maneira de organizar e gerenciar o que é público, tendo como característica a disputa de poder baseada no debate público para a tomada de decisão sobre questões relacionadas à sociedade. Quanto à democracia, esta é aqui compreendida como o regime composto de regras e

⁶ Texto disponível em <http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-ccci-n-est-pas-un-coup-d-etat_4892309_3232.html>. Acesso em 30 nov. 2016.

procedimentos para a tomada de decisões coletivas baseada na participação mais ampla da sociedade (BOBBIO, 1997).

Nesse sentido, para que ocorra um debate efetivamente público e, conseqüentemente, decisões baseadas no bem coletivo, se fazem necessárias, entre outras questões, a existência de mecanismos de participação popular, a livre circulação de informações e a supremacia dos interesses coletivos sobre os interesses privados. Com relação ao Brasil, apesar dos consideráveis avanços nas instituições políticas - eleição direta, constituição de vários partidos políticos, representação de todos os estados no Congresso Nacional, entre outros exemplos -, diversos pesquisadores sinalizam a crise do regime democrático brasileiro, baseado na representação política.

Entre os problemas de governança observados, os investigadores apontam a corrupção, pouca transparência no funcionamento dos órgãos públicos e baixos níveis de participação política. Some-se a isso um outro aspecto com forte influência sobre a democracia brasileira: os veículos de comunicação estão nas mãos de poucos grupos familiares. Além disso, os próprios políticos são detentores de concessões de rádio e televisão no Brasil, numa relação que podemos denominar de “promíscua” entre mídia e poder (governo) (LIMA, 2006). A concentração midiática interfere diretamente na livre circulação de informações porque dificulta a pluralidade de vozes e versões no discurso midiático, interferindo, assim, no debate público sobre as questões de interesse coletivo.

Nessa relação entre meios de comunicação e a política estabelece-se uma via de mão dupla: o campo político usa a mídia para ampliar seus discursos e corroborar suas versões, geralmente de forma dissimulada, enquanto os veículos de comunicação se associam ao poder político em nome de interesses pessoais dos donos dos veículos e também de sua classe social detentora do grande capital.

Isso resulta numa engrenagem de controle social a partir do discurso com enorme ingerência, tanto da mídia quanto dos governos, nas deliberações políticas através da esfera pública, entendida por Habermas como a dimensão social na qual se faz a mediação entre o Estado e a sociedade e onde surge a opinião pública:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p. 92).

A mídia ocupa um papel central no funcionamento da sociedade, situando-se como um espaço de exercício de poder e mediação social. Os meios de comunicação são um lugar de referência relevante para o reconhecimento social e fator fundamental para a construção de uma coletividade e da elaboração social da realidade (VIZEU; CORREIA, 2007). Dessa maneira, a comunicação é o campo estratégico para o exercício democrático.

Dentro desse contexto, é imprescindível numa sociedade democrática a pluralidade de vozes, de manifestações e de acesso, por parte de homens e mulheres, a todos os meios de divulgação e comunicação disponíveis para se informar e publicizar debates, movimentos e eventos de interesse público. Noam Chomsky observa que, em um contexto político ideal, uma sociedade democrática "é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres" (CHOMSKY, 2013, p. 9).

No entanto, tal perspectiva está longe de se concretizar em grande parte dos países considerados democráticos nos quais os veículos de comunicação estão concentrados nas mãos de uma minoria. É o caso do Brasil, onde eles são propriedade de meia dúzia de famílias e os interesses particulares dos representantes políticos desses donos da mídia são colocados acima do bem comum.

Os veículos de comunicação, monopolizados pelo grande capital e controlados por essa elite política e econômica, estabelecem - ou distorcem - a discussão pública sobre os problemas nacionais. Isso porque, além de serem o canal para veiculação de propaganda política de forma direta, como um produto publicitário, os meios deformam a consciência nacional ao dar voz ou silenciar determinado ator social, entre outras possibilidades de manipulação da informação. É o que observamos no estudo que realizamos sobre a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, contexto no qual estão inseridas as manifestações populares, objeto de estudo desse artigo.

O *impeachment* do jornalismo: a classe média conservadora

Alguns pesquisadores, como Jessé Souza, defendem que os veículos de comunicação brasileiros criaram o pano de fundo necessário para a efetivação do *impeachment*. Assim, a narrativa acerca da crise econômica, a recorrência discursiva aos casos de corrupção e o surgimento de uma classe

média considerada por alguns estudiosos como revolucionária foram alguns dos fatores que compuseram o clima de insatisfação política com o governo da presidenta:

[...] essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. [...] O que é novo, tornando-se um dado decisivo a partir de 2013, é a verdadeira conversão midiática desse ator político conservador normalmente discreto e recluso em “classe revolucionária” com extraordinária e súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo. (SOUZA, 2016, p. 96).

O surgimento, no cenário brasileiro, de uma classe média conservadora acompanhada de uma narrativa midiática que a legitima enquanto representante da vontade política do país são, para Jessé Souza e Luiz Fernando Horta, elementos centrais no desenvolvimento do contexto para a aprovação do impedimento de Dilma. Nesse sentido, Souza (2016) defende que a inação do governo brasileiro, no que se refere à disputa de significação em 2013, aliada à capitalização política das insatisfações das classes média e alta no país contribuíram e incentivaram a participação das pessoas nos protestos que reivindicavam a saída da presidenta do governo.

As ruas brasileiras foram tomadas, em 2016, por manifestações que expressam essa disparidade política construída desde as Jornadas de Junho, ocorridas em 2013. Para diversos pesquisadores, as manifestações que ganharam espaço na cobertura midiática, apesar da aparente imparcialidade no que se refere ao espaço/tempo dedicado a abordar os protestos pró e contra, apontam para uma cobertura desequilibrada e tendenciosa que legitimou o discurso das manifestações favoráveis à saída da presidente. As manifestações contrárias à presidenta foram enquadradas como representações dos anseios da população brasileira; já os protestos contrários à saída de Dilma Rousseff foram registrados como ações de uma pequena parcela da população ligada ao PT.

As manifestações contra Dilma foram praticamente patrocinadas pelos principais veículos de comunicação, anunciadas à exaustão e merecendo cobertura ao vivo. Já aquelas a favor da presidente receberam tratamento muito diferente. (MIGUEL, 2016, p. 110).

O apoio da mídia às ações pró-*impeachment* esteve presente em diversos editoriais dos jornais impressos, a exemplo do veiculado pelo jornal

O Globo na edição de 16 de março de 2016, sob o título *Um "basta" das ruas a Dilma, Lula e PT*:

Manifestações históricas forçam o andamento do calendário do *impeachment*, enquanto a economia se dissolve, sem perspectivas de mudanças. [...] Os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT [...] tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país." (O GLOBO, 16/03/2016, p. 3).

Entretanto, o mesmo jornal, na edição de 19 de março, um dia após as manifestações contrárias ao *impeachment*, não abordou tais protestos em seu editorial, mas utilizou o espaço para defender o *impeachment* como uma solução para a crise política brasileira.

Um outro aspecto que chama a atenção na cobertura midiática das manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment* diz respeito à descrição dos participantes: os que se manifestavam favoráveis à saída da presidente eram caracterizados como o povo brasileiro, que foi às ruas para protestar. Por outro lado, os manifestantes contrários à saída de Dilma eram identificados como apoiadores ou militantes ligados ao PT.

[No] domingo 13, a imprensa não se deteve apenas ao papel de fazer a cobertura jornalística dos atos – algo mais do que justificável, pois eram acontecimentos expressivos que merecem divulgação –, mas atuou como um dos agentes do processo, ao convocar a ida de cidadãos às ruas. Assumindo para si o discurso simbolizado nas roupas verde-amarelas, a narrativa predominante na grande mídia foi a de que o País estava unido com a justa bandeira do fim da corrupção. Por outro lado, o que se viu sobre os atos de sexta-feira 18 foi o silenciamento sobre as diversas pautas que levaram as pessoas às ruas e o reforço de uma associação de manifestantes a partidos políticos – estigmatizando todos que exercem o direito constitucional de se organizar desta forma –, para a defesa de um governo envolvido em casos de corrupção. (BARBOSA; MARTINS, 2016, p. 37-39).

Nesse processo, instituindo-se e legitimando-se como o "poder informativo", os jornais se colocaram como lugar autorreferenciador que traz para si o poder de mostrar, dizer e analisar o cotidiano. Uma espécie de "espaço da verdade" que se coloca como testemunha autorizada para revelar

e desvelar a realidade. Ou seja, a mídia se apresenta como a instituição a quem cabe relatar e interpretar os acontecimentos (FAUSTO NETO, 1995).

Dentro desse contexto, os jornais desempenham um papel relevante no sentido de contribuírem, de influenciarem na construção social da realidade diária em que homens e mulheres vivem (BERGER; LUCKMANN, 1995). Dentro das regras normais do campo jornalístico os jornais “organizam o mundo”, sistematizam e hierarquizam as notícias, em particular nas manchetes de capa, e apresentam o que consideram como o mais relevante que aconteceu no Brasil e no exterior.

O que passa muitas vezes despercebido nesse contexto é que o “mundo construído” é um olhar midiático sobre o dia a dia sujeito a manipulações e distorções. Efeitos para o bem e para o mal. É o caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, onde se produziu um falso consenso do seu *impeachment*. É importante lembrar que os jornais estão submetidos às regras do mercado, dos anunciantes, da concorrência e da política. É uma disputa de campos e de interesses (BOURDIEU, 1997). No entanto, mesmo diante desse quadro, cabe ressaltar que todo esse empoderamento, apesar das dificuldades, encontra seu limite no veredicto do público que consome a informação.

A credibilidade é central para os jornais. A manipulação de fatos e acontecimentos pode resultar em perda de público. É uma questão que cada vez mais se torna forte com a efetiva participação de homens e mulheres diante das novas possibilidades das tecnologias sociais (WILLIAMS, 2016). Ou seja, a narrativa antigovernamental contra Dilma Rousseff na cobertura das manifestações de rua também mostra uma outra face que a mídia procura ocultar e mascarar com a fidelização da audiência e efeitos de participação, que é a voz e a intervenção cada vez maior das audiências comunicativas no processo de produção das notícias.

A cobertura midiática sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment* baseou-se, de forma geral, na legitimação dos protestos favoráveis à saída de Dilma, a partir do discurso do combate à corrupção e do apoio à prisão dos envolvidos em ações que, de alguma forma, tenham causado prejuízos ao país. Tais atores foram personificados nas figuras de Lula e Dilma e, conseqüentemente, no PT.

O que se esperava da cobertura jornalística séria, desde os movimentos nas ruas pró e anti-governo, até a votação na Câmara e no Senado, era algo plural, versões e contradições, diversidade. No entanto, o que se viu nas telas globais foi a partidarização do noticiário: de um lado, os cidadãos vestidos de verde e amarelo; e,

de outro, os vermelhos, apresentados como puros militantes do partido da presidente. Algo que, para Maria Helena, traduz apenas uma parte da história e a defesa de uma causa – o *impeachment*, a arma que restava -, e uma série de truques “legais” para atropelar a democracia. (AGUIAR, 2016, p. 17).

Com base na observação de uma cobertura partidária desenvolvida pelos veículos de comunicação de circulação nacional, procuramos investigar de que maneira o periódico *Jornal do Commercio* (JC), jornal de maior vendagem em Pernambuco e um dos 50 maiores jornais em circulação paga no Brasil, desenvolveu sua narrativa acerca das manifestações pró e contra o *impeachment*.

O *Jornal do Commercio* e o *impeachment* de Dilma

Nossa preocupação foi investigar o posicionamento do JC acerca das manifestações, avaliando como as disputas políticas foram enquadradas, conferindo a eventualidade da hipótese de silenciamento das pautas e criminalização dos protestos com juízos de valor sobre os mesmos. Procuramos também observar se a cobertura jornalística contribuiu para intensificar a divisão entre manifestantes favoráveis e contrários ao *impeachment*. A análise que realizamos avalia as estratégias enunciativas e as não textuais utilizadas pelo jornal tendo por base as seguintes categorias: (a) enquadramento dado às manifestações; (b) caracterização dos protestos; (c) caracterização dos manifestantes; (d) espaço dado às manifestações favoráveis e às manifestações contrárias ao *impeachment*.

Nesse processo, dividimos a cobertura jornalística do JC das manifestações do *impeachment* em dois momentos, cujo marco temporal é a votação do *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados. No primeiro momento, composto por matérias veiculadas entre 12 de março e 17 de abril, os protestos ocupam grande espaço nas edições do jornal, com matérias principais e vinculadas que ocupam páginas inteiras. A cobertura é constituída por matérias que buscam apresentar um panorama dos atos em todo o Brasil e por matérias que mostram a ocorrência de protestos no Recife. As manifestações são o foco principal das notícias que tratam da crise política e do processo de *impeachment* de Dilma, e essas figuram entre as chamadas de capa.

No segundo momento, composto por matérias publicadas entre os dias 18 de abril e 1º de setembro – data da última edição que compõe o

corpus dessa investigação -, os protestos perdem espaço nas edições e passam a ser noticiados como mais um elemento no contexto político do processo de *impeachment* de Dilma. As notícias que versam sobre os mesmos ficam menores e a maioria é disposta como textos vinculados. Além disso, as informações sobre ocorrência de atos no Brasil e no Recife constituem um único texto.

Já no que diz respeito aos editoriais, as manifestações aqui analisadas foram citadas em quatro textos. Entretanto, levando em consideração que os protestos estão inseridos em um contexto político no qual figuram questões relacionadas ao combate à corrupção e à crise política, foram elencados também os textos que abordaram essas duas temáticas. A escolha se justifica pela necessidade de perceber o posicionamento diante das questões que permeiam o objeto estudado.

Nesse sentido o *corpus* dessa pesquisa também é constituído pelos editoriais veiculados nos dias 13, 14, 15, 17, 18 e 22 de março e 17 de abril. Como é possível perceber, há uma concentração de textos no mês de março e um único texto no mês de abril, no mesmo dia da votação do processo na Câmara dos Deputados. A concentração reforça a nossa tese de divisão da cobertura dos protestos em dois momentos, nos quais as manifestações ganham espaço de destaque na narrativa midiática do JC até a votação na Câmara.

Quanto aos editoriais relacionados às narrativas subjacentes aos protestos, destacamos os textos publicados nos dias 13 e 17 de março e 17 de abril. O primeiro deles aborda o aniversário de dois anos da Operação Lava Jato, que tem grande peso no contexto político do *impeachment* e na defesa de sua execução, bem como no apoio ao juiz Sérgio Moro, que a comanda, e é pauta dos protestos favoráveis à saída de Dilma do poder. O texto defende a Operação e exalta o impacto simbólico para o país representado pela prisão de políticos e pessoas da classe alta. O editorial acusa o governo do PT de utilizar a Lava Jato de forma partidária e refuta a ideia de que Dilma pode ser vítima de um golpe.

O poder de prever e sentenciar (FAUSTO NETO, 1995). No dia da votação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados o editorial afirmou que aquele era um fato decisivo para a superação do impasse político no Brasil, que precisava reestabelecer o foco na administração pública, ressaltando os inúmeros casos de corrupção descobertos durante o governo do PT, que levaram políticos do partido para a prisão. O texto afirma, ainda, que o partido levou o Brasil à situação de crise e que é preciso refutar o modelo político implantado pelo PT:

A permanência de um modelo político viciado, que causa sérios transtornos à população, deve ser combatida com ainda mais vigor, seja qual for o remanescente da chapa Dilma/Temer na cadeira presidencial. Para mudar o País é necessário muito mais que um *impeachment*. (JORNAL DO COMMERCIO, 17/04/2016, p. 8).

A crise política também esteve presente no editorial publicado no dia 18 de março – um dos textos que citam as manifestações *pró-impeachment*, no qual o jornal imputa a responsabilidade sobre a mesma à presidente Dilma, refutando, inclusive, a responsabilidade da mídia na elaboração do cenário atual.

A decisão da presidente Dilma Rousseff de levar Lula para a Casa Civil levou o País à beira do impasse institucional. A crise foi ampliada, envolvendo disputas entre os três poderes. A agitação nas ruas agrava o momento. E a responsabilidade não é da oposição, nem da mídia, e muito menos da operação Lava Jato. A responsabilidade pelo descontrole da crise é da presidente Dilma Rousseff. (JORNAL DO COMMERCIO, 18/03/2016, p. 6).

Os exemplos acima mostram que o jornal se coloca no lugar de poder prever e sentenciar, contribuindo, dessa forma, para a construção de um cenário favorável à cassação da ex-presidenta. A narrativa sobre os casos de corrupção, sobretudo aqueles relacionados aos políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, enfatiza a narrativa do *impeachment* da presidenta: a necessidade de tirar do poder os políticos corruptos, personificados no imaginário coletivo como os políticos filiados ao PT.

As repercussões da megamanifestação de domingo em todo o Brasil ainda se espalham. Mas a potência das mensagens das ruas - em síntese, pelo combate à corrupção, pela defesa da operação Lava Jato e pela saída de Dilma Rousseff da presidência da República – deixou o governo petista mais fragilizado. [...] O coro nacional pelo impedimento de Dilma reflete a noção de que não há saída da crise com a permanência do PT no poder. Tal noção, por sua vez, longe de ser golpista, vem do acúmulo de problemas que geraram a pior crise econômica e política em décadas. E da constatação de que são a mesma crise, com a política paralisando a economia, e a economia à espera da política. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/03/2016, p.6).

O reforço ao contexto da crise presente nos editoriais pode ser percebido ao longo de toda a narrativa do JC acerca das manifestações relacionadas ao *impeachment*. Nesse sentido, podemos destacar o enquadramento realizado pelos jornais sobre os protestos em três campos diferentes no que se refere ao seu efeito de sentido: a caracterização com atitude aparentemente neutra, com efeito de carga positiva e com efeito de carga negativo. As noções de neutro, positivo e negativo são aqui utilizadas levando em consideração os efeitos de sentido resultantes das combinações de enunciados, cujo entendimento parte da memória discursiva sobre os mesmos presente no imaginário social coletivo.

Em se tratando do efeito aparentemente neutro, estão identificadas caracterizações que substantivam o fato, procurando denominar o ocorrido. O exemplo é a caracterização das manifestações a partir de suas causas: ela se faz pertinente no discurso jornalístico tendo em vista a necessidade de abordar os fatores que o provocaram e os objetivos do fato noticiado, característica da própria cobertura. No caso da cobertura aqui analisada, o efeito neutro pode ser exemplificado no trecho:

Com a crise política agravada com a Lava Jato e às vésperas dos *protestos pelo impeachment*, Dilma sai em defesa do mandato e diz que sentiria orgulho de ter Lula ministro. (JORNAL DO COMMERCIO, 12/03/2016, p.1, *grifo nosso*).

Já quanto aos efeitos positivo e negativo, se faz necessário colocar que, nessa pesquisa, a diferenciação tem como referência o contexto político no qual as manifestações analisadas estão inseridas e seu peso simbólico. Levando em consideração que os protestos são parte de uma conjuntura política composta por uma crise política que tem como produto o desgaste da imagem do governo do PT, que se espalhou para a esquerda brasileira, aliada aos casos de corrupção amplamente divulgados pelos veículos de comunicação, o imaginário coletivo e a opinião pública passaram a ligar a perpetuação da corrupção e os problemas políticos e econômicos do país ao governo do PT. As ações ligadas a Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e ao governo, em geral, assumiram uma conotação negativa diante da divisão simbólica que tomou conta do país.

A caracterização das manifestações na narrativa do JC como *atos pró-governo* ou *atos favoráveis ao governo*, além de não se referir à causa propriamente dita das manifestações – posicionamento contrário ao

impeachment de Dilma e à defesa da continuação de seu mandato⁷ -, deslocam as pautas da manifestação de uma questão pontual – interrupção do mandato em virtude do cometimento ou não de algum crime de responsabilidade - para um contexto macro - a aprovação ou não de um conjunto de ações sociais, políticas e econômicas realizadas por ela ao longo do mandato, caracterizadas como seu governo de forma geral.

O uso da expressão *ato petista*, no qual agrega-se, ainda, a ideia de que o mesmo é promovido e composto apenas por pessoas ligadas ao partido, é mobilizado para enfraquecer a imagem pública das manifestações contrárias ao *impeachment* de Dilma. O enfraquecimento dos protestos é reforçado também pelo uso de expressões adjetivadas junto aos enunciados relacionados às manifestações: “*Eventos isolados pró-Dilma e Lula*” e “*Manifestações. No mesmo dia em que protestos contra o governo ganharam as ruas, algumas cidades tiveram atos tímidos pró-petistas organizados por simpatizantes.*” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 6, *grifo nosso*).

Na pesquisa percebemos uma predominância do efeito de sentido positivo nas matérias que versam sobre os protestos favoráveis ao *impeachment*, sendo esses caracterizados como uma manifestação pública do desejo da população. Um exemplo é o título e o subtítulo de matéria publicada na edição do dia 13 de março de 2016: “*Mais um termômetro das ruas*”; “*Um ano após os primeiros protestos contra Dilma, manifestantes prometem voltar às ruas em 415 atos em todo o País*” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/03/2016, p. 3).

Outra estratégia mobilizada pelo campo midiático é que os protestos favoráveis ao *impeachment* são enquadrados nas narrativas como ações que simbolizam o desejo nacional e causam impacto no contexto político, constituindo-se em importante elemento no desenvolvimento do processo de *impeachment*, como explicitado no trecho a seguir publicado no editorial do JC:

A maior manifestação dos últimos anos levou milhares de pessoas a saírem de casa e vestirem verde e amarelo, a carregar cartazes contra a corrupção e a favor da Lava Jato. [...] as manifestações deram um sinal claro de que a participação popular chegou para ficar

⁷ Ser contrário à interrupção do mandato da presidente e defender o governo feito por ela não são coisas necessariamente concomitantes. A primeira se restringe ao entendimento de que não houve crime que impute a penalidade do *impeachment*, ao passo que a segunda abarca outras questões relacionadas a todas as ações tomadas pela presidente. Assim sendo, uma pessoa pode ser contrária ao *impeachment* sem necessariamente defender o governo realizado por Dilma.

na democracia brasileira. Neste aspecto, não deixa de ser irônico o fato de que a ameaça objetiva ao longo período do PT no poder venha justamente das ruas dos centros urbanos, onde a militância petista foi gerada e parecia reinar absoluta. (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 5).

Já as manifestações contrárias à saída de Dilma são abordadas como uma reação aos protestos favoráveis ao *impeachment*. São, portanto, segundo a narrativa do JC, organizadas por sindicatos e movimentos sociais ligados ao PT e compostas por militantes e simpatizantes do partido.

Algumas matérias analisadas enfatizaram, ainda, características do público que participou dos protestos favoráveis à saída de Dilma da presidência, enquadrando-o quanto a classe social ou de acordo com suas formações ou ocupações, como nos seguintes exemplos: “Além de Dilma, o ex-presidente Lula e o PT foram alvos preferidos dos manifestantes – *boa parte de famílias de classe média.*” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p.3, *grifo nosso*); “[...] *o publicitário Paulo Abdo, 72 anos, que participou de todos os atos pela saída da presidente acompanhado da mulher.*” (JORNAL DO COMMERCIO, 14/03/2016, p. 3, *grifo nosso*).

No que diz respeito à caracterização dos participantes nos atos contra o *impeachment*, são utilizados termos como *ativistas, sindicalistas, integrantes de movimentos sociais, militantes*, entre outros. Outro fator observado é a predominância do enunciado *militante*, que, sobretudo quando caracterizado como “do PT” ou “petista”, acaba por possuir um efeito de sentido com carga negativa devido ao contexto político da época da publicação de tais matérias, como explicamos na categoria relacionada à caracterização das manifestações.

A caracterização das pessoas que participaram dos protestos também foi feita a partir da cor da roupa que os mesmos utilizaram durante as manifestações: verde e amarelo para os manifestantes favoráveis ao *impeachment*, e vermelho para os contrários à saída de Dilma do poder. O uso de tais cores tem um significado, segundo os organizadores e participantes dos protestos: para os manifestantes pró-*impeachment* o *verde e amarelo* faz menção às cores da bandeira do Brasil e simboliza a união da população por um país melhor e livre da corrupção; já para os manifestantes contra o *impeachment* a utilização da cor vermelha representa luta e resistência pela democracia, além de ser a cor do PT, partido de Dilma Rousseff e Lula.

Após a análise das matérias é possível ressaltar duas fórmulas específicas, que se vinculam aos dois tipos de manifestações retratadas nos

textos, a partir das causas dos protestos. A fórmula utilizada na cobertura das manifestações favoráveis à saída de Dilma se baseia em: *impeachment* de Dilma, prisão de Lula⁸ e combate à corrupção. Desse modo, podemos resumir a fórmula em (A) Dilma afastada – PT sai – Lula preso – Fim da corrupção.

Já a cobertura das manifestações contrárias ao *impeachment* indica como principais bandeiras dos protestos a defesa do mandato de Dilma, sob a alegação de que a mesma não cometeu crime, e o apoio a Lula e ao PT. Ou seja, a fórmula relacionada à cobertura das manifestações contra o *impeachment* é descrita como (B) Dilma inocente – Não vai ter *impeachment* – Lula inocente.

As duas fórmulas apresentadas permeiam a cobertura do JC das manifestações e estão presentes nas matérias de acordo com o tipo de protesto noticiado. Entretanto, ao comparar seu uso na cobertura como um todo, percebe-se destaque para a fórmula (A) *Dilma afastada* até quando as matérias tratam dos protestos contrários a saída da ex-presidenta, uma vez que os mesmos são enquadrados na cobertura como respostas à ação da população favorável à saída da presidente do poder.

Consideramos que isso pode ser entendido a partir da conjugação de três fatores: a presença de Dilma e Lula como personagens principais em todas as matérias; as narrativas da crise política e de combate à corrupção que permeiam as edições do jornal em concomitância com as matérias relacionadas às manifestações - sobretudo ao relatar a operação Lava Jato e o aumento da impopularidade da presidente; e as ideias defendidas pelo jornal em seus editoriais, como já abordado nessa análise.

Diante desse quadro, torna-se evidente a intenção de fazer com que a posição dos defensores do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff fosse representada de forma mais digna, expressando os interesses patrióticos do conjunto da sociedade. Nesse cenário, configura-se a prestidigitação descrita por Noelle-Neumann (2003) como clima de opinião, para tentar estimular uma tendência social a manifestar com entusiasmo sua posição, enquanto pretende intimidar outro grupo social, mesmo que seja efetivamente majoritário – como as pesquisas de intenção de voto ainda hoje indicam o

⁸ Ideia defendida pelos manifestantes favoráveis ao *impeachment* em virtude dos escândalos de corrupção, das acusações da operação Lava Jato e do vazamento do áudio de uma conversa entre ele e a presidente, a partir da qual os dois são acusados de acordo político para nomeação de Lula como ministro da Casa Civil com o intuito de obter foro privilegiado e, assim, não poder ser investigado pelo juiz Sérgio Moro.

amplo favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2018 – e o constranger ao silêncio diante da ameaça de isolamento.

A manipulação ideológica que observamos mobilizada pela cobertura do *Jornal do Commercio*, como de uma maneira geral por praticamente toda a imprensa nacional - salvo raras exceções -, corresponde à estratégia do grande capital que controla o negócio das notícias, que é a de supressão das notícias importantes, denunciada por Edward Ross desde 1901: “[...] o jornal diário está suprimindo constantemente notícias importantes, como consequência de sua comercialização e de sua freqüente submissão a interesses externos [...]” (ROSS, 2008, p. 92). Ele complementa:

Em vista da supressão e representação deficiente da verdade, falando em termos gerais, os jornais diários devem se considerar aliados daqueles que – como disse recentemente o diretor Dana – “Deus outorgou um dom para economizar, para enriquecer, para reunir riquezas, para acumular e concentrar dinheiro”. Para se colocar ao lado do povo, são mais lentos que os semanários, as revistas, o púlpito, a tribuna, os advogados, a gente instruída, os intelectuais e as universidades. (ROSS, 2008, p. 98).

Considerações finais

A partir da pesquisa realizada é possível apontar indícios de criminalização das manifestações contrárias à saída de Dilma do poder, a partir do enquadramento das mesmas como atos realizados por militantes do PT em reação aos protestos favoráveis à saída da então presidente. Os últimos foram legitimados pela cobertura como atos realizados por parte da população brasileira que visa o combate à corrupção e quer a melhoria do contexto econômico e político do país.

Já as manifestações contrárias ao desejo do que podemos denominar de um bem-estar social, oculto e implícito nos discursos de punição aos corruptos e recuperação da crise política e econômica, foram enquadradas e orquestradas pelos jornais, em particular pelo nosso objeto de estudo, como prejudiciais à sociedade. Outro enquadramento que aponta para a criminalização dos movimentos contra o *impeachment* é a ênfase constante aos casos de violência que ocorreram nos protestos, em particular no segundo momento das manifestações, no qual as matérias abordaram com mais freqüência os confrontos entre policiais e manifestantes.

A cobertura realizada pelo *Jornal do Commercio* sobre as manifestações mobilizou estratégias discursivas que apontam para a

desqualificação dos protestos contrários à saída de Dilma e legitimação das manifestações favoráveis. Essa partidarização da cobertura pode indicar o uso dos meios de comunicação para atender aos interesses do grande capital e da classe a que pertence o proprietário do veículo. É importante lembrar que o que denominamos construção de um falso consenso de cassação da ex-presidenta teve uma participação relevante do empresariado nacional e dos interesses do capital internacional, representado de forma relevante na cobertura jornalística. Esse clima de opinião de uma minoria aponta para a formação de uma articulação forte que silenciou o País. O desejo do *impeachment* de Dilma Rousseff, nesse sentido, transformou-se no desejo da sociedade brasileira.

Dentro desse contexto, a pesquisa indica que o *Jornal do Commercio* funcionou como um instrumento para criar um “clima de opinião” de maneira a representar a posição de defesa do impedimento da presidente como majoritário na sociedade brasileira, tendo em vista a maior disposição dos *pró-impeachment* de manifestar-se publicamente, levando boa parte das pessoas que defendiam a manutenção de Dilma, ao sentirem-se minoritárias, a silenciarem, temendo o isolamento, conforme a concepção de espiral do silêncio de Elizabeth Noelle-Neumann (2003).

Por fim, entendemos que, diante da parcialidade observada, bem como do silêncio das vozes contrárias à cassação de Dilma Rousseff, o *Jornal do Commercio* pode ser considerado como instrumento usado de forma estratégica no cenário midiático para legitimar o golpe parlamentar que usurpou a representação política da maioria da sociedade brasileira que elegeu a presidente Dilma Rousseff em 2014.

Referências

- AGUIAR, S. Plim, plim contra a democracia. **Caros Amigos**. XIX, n. 81, 2016, p. 17-19.
- ALIADOS de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados. **O Globo**. 19 mar. 2016, p. 1
- ATO anti-Dilma é o maior da história. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2016, p. A1.
- ATO em SP supera Diretas. **Jornal do Commercio**, 14 mar. 2016, p. 3.
- ATO pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 19 mar. 2016, p. A1.
- BARBOSA, B.; MARTINS, H. Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia. **Carta Capital**, 2016. Disponível em:

- <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia>> Acesso em: 17 jul. 2016.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro. **O Globo**, 14 mar. 2016, p. 1.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- DUARTE, F. "Partidarismo" de mídia no Brasil deu peso a imprensa internacional, diz colunista da "Economist". **BBC Brasil**. 28 abr. 2016. Disponível em:
<http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/04/160426_michael_reid_economist_entrevista_fd> Acesso em 18 jul. 2016.
- EDITORIAL. **Jornal do Commercio**, 17 mar. 2016.
- EDITORIAL. **Jornal do Commercio**, 22 mar. 2016.
- EVENTOS isolados pró-Dilma e Lula. **Jornal do Commercio**, 14 mar. 2016, p. 6
- FAUSTO NETO, A. **O impeachment da televisão** : como se cassa o presidente. Rio de Janeiro : Diadorim, 1995.
- GREGOLIN, M. Análise do discurso e mídia: (re)produção de identidades. In: **Comunicação, mídia e consumo**, v. 4, n. 11, 2007, p. 11-25. Disponível em
<<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/issue/view/11/showToc>> Acesso em: 25 ago. 2016.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. V. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HERMAN, E. A diversidade de notícias: "marginalizando" a oposição. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega, 1999.
- LIMA, V. **Mídia**: crise política e poder no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- MAIS um termômetro das ruas. **Jornal do Commercio**, 13 mar. 2016, p. 3
- MIGUEL, L. Quatro poderes e um golpe. In. FREIXO, A.; RODRIGUES, T. (Orgs). **2016, o ano do Golpe**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016, p. 96-115.
- "NÃO tenho cara de quem vai renunciar", **Jornal do Commercio**, 12 mar. 2016, p.1.
- NÓBREGA, C. O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil. **Carta Capital**, 28 abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil>> Acesso em: 15 set. 2016.

NOELLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio** – Opinião Pública: nossa pele social. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2003.

O GOLPE das ruas. **Jornal do Commercio**, 14 mar. 2016, p. 5.

PARA mudar o Brasil. **Jornal do Commercio**, 17 abr. 2016, p. 8.

PARK, R. Notícia e poder na imprensa. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71-82.

PROTESTO põe mais pressão sobre Dilma. **Jornal do Commercio**, 14 mar. 2016, p. 2.

REAÇÃO institucional. **Jornal do Commercio**, 18 mar. 2016, p. 6.

RECORDE também em PE. **Jornal do Commercio**, 14 mar. 2016, p. 4.

ROSS, Edward. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 87-102.

SEM caminho fácil. **Jornal do Commercio**, 15 mar. 2016, p. 6.

SOUZA, J. **A radiografia do Golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

UM “basta” das ruas a Dilma, Lula e PT. **O Globo**, 16 mar. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/um-basta-das-ruas-dilma-lula-pt-18875454#ixzz4o9Ib9GMr>> Acesso em 17 jul 2016.

VIZEU, A.; CORREIA, J. C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo (Org). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WILLIAM, R. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. Petrópolis: Vozes, 2016.

